

CONGRESSO HISTÓRICO
DE GUIMARÃES E SUA COLEGIADA

850.º ANIVERSÁRIO DA BATALHA DE S. MAMEDE (1128-1978)

ACTAS

VOLUME V

COMUNICAÇÕES



GUIMARÃES • 1982

O BAIXO DOURO NO SÉCULO IX

A COLÓNIA DE MAHMUD IBN CABD AL-DJABBAR

por
H. V. LIVERMORE

Seja-me permitido falar hoje não do fundador da monarquia, figura central deste congresso, mas do restaurador do território portugalenses, Vímara Peres, a que esta nobre cidade deve o seu nome, e talvez a sua existência — de Vímara Peres e de um *precursor* seu, Mahmud ibn Cabd-al-Djabbār, que trinta anos antes tinha fundado uma colónia e dera o seu nome à freguesia de Mafamude, não longe do Porto de Vímara Peres.

Há dez anos comemorou-se com um notável congresso na capital do norte o centenário da presúria efectuada em 868. Pouco se sabe da vida e actividades do conde. Morreu cinco anos mais tarde, em 873, deixando um filho, Lucídio Vimaranes, também conde, quando fez uma presúria perto do Porto, em 870. Segundo Sánchez-Albornoz, é raro, mas não inaudito, que um filho assumia o título de conde na vida do pai. Suponho que Vímara era um homem maduro, senão de idade propecta. Pode ter nascido na segunda década do século nono. O nome de Vímara, Conde, aparece como confirmante num documento de 1 de Janeiro de 841. Como tantos outros do período, foi reputado falso por Barrau-Dihigo, e ainda por Floriano e outros. Mas podemos alegar a autoridade de Sánchez-Albornoz para afirmar que o seu contexto é genuíno. É uma doação feita pelo rei Afonso II, o Casto, à Sé de Lugo para agradecer serviços prestados em 840 pelos que combateram e mataram o seu inimigo e antigo aliado, Mahmud ibn Cabd-al-Djabbār. Este Mahmud era no seu tempo uma figura de grande relevo. A sua história é contada nas crónicas do Rei Afonso III, o Magno; de Sebastião; na Albeldense; e na Silense, entre as fontes cristãs, e por al-Rāsī, na versão de

ibn Haiyan, por ibn al-Qutiyya, e por muitos historiadores árabes até al-Maqqarī no século XVII. Afonso III chama-lhe «famosissimus ille bellatorum», e ibn Said, biógrafo dos muçulmanos andaluzes, considera-o um famoso herói.

Mahmud estabeleceu uma colónia no território do Porto, com o apoio de Afonso II, entre 833 e 835. Alguns autores dizem que serviu o rei Casto durante cinco anos, outros durante sete, antes do incidente que motivou a sua morte em Maio de 840. Então Mahmud, que ocupava o Castelo de Santa Cristina, perto de Lemos, no território de Lugo, pôs-se em contacto com o emir de Córdoba, e o rei Casto, receoso da sua lealdade e temendo uma invasão árabe, mandou tropas para atacar o castelo. Durante a batalha o cavalo de Mahmud disparou, lançando-o com violência contra uma árvore, e matando-o de um golpe. Os cavaleiros cristãos, observando a cena desde uma altura, viram o herói prostrado por terra, e só depois de verificarem que estava imóvel, ousaram aproximar-se cortando-lhe a cabeça para oferecê-la ao rei. Segundo ibn Said Mahmud tinha uma irmã chamada Jamla, partidária dos cristãos¹ que se retirou para a Galiza, onde casou com um magnate galego.

Segundo ibn al-Qutiyya um filho seu foi mais tarde bispo de Santiago. Não sei se este pormenor é puramente poético. Não vem na versão cristã, que acentua a importância da vitória do rei Casto, dizendo que na intervenção árabe morreram 50.000 sarracenos, pormenor que suponho igualmente poético, embora indicativo da influência de Mahmud.

Mahmud era natural de Mérida, capital da antiga Lusitânia. Os autores árabes dizem-no berbere, *al-barbarí*. Mas é estreitamente ligado com os *muwalladun*, ou conversos, e com cristãos. A crónica de Afonso III aplica-lhe a palavra Mollites, nome desconhecido entre as tribos e subtribos berberes, e que podia ser uma deformação de *muwalladun*, um cristão convertido ao islamismo.

Efectivamente, a convivência e a mestiçagem entre berberes e gallaeci, os naturais da Gallaecia romana — Braccara (Braga), Lucus (Lugo) e Asturica (Astorga), eram constantes. Quando a monarquia visigoda pereceu em 711, esta província, fracturada pela criação do estado suévico e reconstituída, aparentemente por força, na época do rei Bamba, estava pouco unificada. Na parte meridional, o nosso Entre-Douro e Minho, um bispo-abade gótico, S. Frutuoso, transformara a tradição eclesiástica de S. Martinho,

¹ Jamla é «suma» ou «totalidade», e deve ser equivalente a Toda ou Tota, nome bastante usual entre os cristãos.

impondo o monasticismo gótico de Compluto. Mais ao norte, no Bierzo de Astorga, o aluno de Frutuoso, Valério, dá-nos um quadro calamitoso da ordem pública durante quarenta anos, que devem alcançar a conquista islâmica. Ali, bandos armados saqueavam e roubavam. Nas montanhas havia ainda comunidades de pagãos. Em Astorga, Lugo e Tui, comandavam chefes militares e políticos, *os duces*.

O antepenúltimo rei dos Godos, Egica, mandou o seu herdeiro, Witiza, a Tui, «para que o pai dominasse os godos e o filho os suevos». Este Witiza matou o *dux* Fáfila, pai do futuro rei Pelaio, que foi sepultado no seu palácio perto de Astorga. Este incidente teria contribuído para aguçar rivalidades e para precipitar a invasão islâmica.

O conquistador árabe, Musa ibn Nusair, chegou a Lugo para exigir a capitulação das autoridades vigentes. Mas imediatamente recebeu ordens para comparecer ante o califa, em Damasco. Partiu, deixando seu filho Cabd al-Aziz como governador em Sevilha. Este lançou uma expedição contra o oeste, antes de morrer, assassinado, em Sevilha.

Os *duces* góticos, é claro, já perderam a sua autoridade. Na Gallaecia predominam colónias militares, em geral de berberes, que desempenham um papel semelhante ao dos *limitanei* do baixo império. Os berberes, segundo ibn Khaldun, são um povo grande, como os gregos, os romanos, ou os árabes. Mas não possuem uma língua como os romanos, uma cultura como os gregos, ou uma religião como os árabes. Alguns, os Butr, são nómadas. Outros, os Baranis, são sedentários. Muitos deles conservavam a tradição cristã de Santo Agostinho. Outros foram judeus. Na zona Atlântica marroquina, a grande confederação dos Baraghwata adoptou uma religião mista de islamismo e cristianismo. Ora os Baraghwata dão o seu nome aos Maragatos do Bierzo. É portanto natural que muitos berberes ficassem associados com *gallaeci* cristãos ou ainda pagãos. O Islão não tolera o paganismo.

Pouco tempo depois da conquista, em 740, os berberes da África aderem a uma heresia islâmica, o *kharidjismo*, que proclama a igualdade de berberes e árabes, de todos, dentro da Casa do Islão, contra a supremacia árabe. Este movimento de protesto passa à Espanha, onde os berberes são muito mais numerosos que os árabes. Estes concentram-se nas cidades do Sul. Os cristãos do rei Afonso I saiem das Astúrias e obrigam os berberes a evacuar a Galiza.

Segundo o *Akhfbar majmu'a*, os últimos muçulmanos saíram da Galiza em 750, recolhendo-se em Astorga. Perseguidos pelos cristãos, e passando fome, tiveram que partir em 753-4, dirigindo-se a Cória e Mérida, onde for-

maram uma sociedade de emigrados mista de berberes e *gallaeci*, que gozaram de plena liberdade religiosa e tributária.

Nas Astúrias, o rei Afonso I, filho do último *dux* de Cantábria, expulsou não só os muçulmanos da Galiza mas também «todos os habitantes da Gallaecia que vacilavam na sua religião e que não pagaram tributo com os cristãos». O filho de Afonso, Fruela, entrou em muitas das cidades abandonadas, incluindo o Porto e Braga.

Naquele momento, as colónias de árabes pareciam condenadas a uma lenta absorção na maioria hispana. Mas em 756 chegou à Andaluzia o último sobrevivente da extinta casa califal, Abd al-Rahman I (filho de uma mãe berbere) que implantou em Córdova uma monarquia árabe independente. O seu reinado de 30 anos foi uma luta constante contra inimigos da sua casa, na sua maior parte árabes. Depois de uma primeira invasão da Galiza, parece que deixou em paz os cristãos das Astúrias, cujo rei Silo estava aparentado com famílias da Spania. É só no fim do século que os sucessores da Abd al Rahman puderam dominar as grandes cidades da fronteira, Saragoça, Toledo e Mérida, impondo pesados tributos para satisfazer os *junud* árabes do seu exército.

Provoca um forte espírito de rebelião entre os habitantes cristãos, *nuwalladun*, e berberes. Em 798 o rei Afonso II, o Casto, pôde entrar em Lisboa, tomando cativos e fazendo pilhagens. Em 808 um certo Tumlus apodera-se da mesma cidade, sendo vencido e morto no ano seguinte. Em Mérida, um berbere, Asbagh ibn Wansus, governador que o emir considerava leal, toma o partido dos insurrectos, até que o emir manda um árabe de confiança para lhe dar morte.

Em 828 as desordens recomeçam. O governador de Mérida é agora Marwan al-Jilliqi, ou Gallaecus. É assassinado e a cidade fica nas mãos de dois rebeldes, Mahmud que já conhecemos, e Sulaiman ibn Martinho, chefe dos *muwalladun*. Segundo o *Akhbar majmu'a*, é só no oitavo ano, quando os habitantes estão no último extremo, que o emir, ouvindo o clamor das mulheres, os gritos das crianças e as lamentações gerais, prefere evitar uma matança e negociar a capitulação. Ibn al-Quttiyya afirma que a rebelião de Mahmud nasceu entre berberes e conversos hispânicos, e deflagrou pelos campos do Tejo e ao norte de Mérida. Também menciona a irmã de Mahmud, dizendo que ela se inclinava para a obediência ao sultão, enquanto Mahmud queria a resistência.

O chefe dos *muwalladun*, Sulaiman ibn Martinho, saiu de Mérida, e conduziu os seus homens a Santa Cruz, onde pereceu às mãos de uma expedição militar. Mas Mahmud ficou no vale do Guadiana com o seu

collegium, atacando Beja, «Beja do trigo», onde derrotou a guarnição sem poder ocupar a cidade. Os seus movimentos são difíceis de seguir mas ganhou a sua fama de guerreiro vencendo colunas do exército emiral e tomando pilhagens delas.

Segundo Dozy, seguido por Levi-Provençal, Mahmud retirou-se para o Algarve, ocupando um castelo chamado Monte Sacro que coloca perto de Faro. Mas o *gharb* dos árabes é o oeste. Por exemplo, uma frase de al-Himyari informa-nos que Braga está no centro do Algarve — no meio do oeste. Nos documentos vêm referências a dois Montesacro, um em Covadonga, nas Astúrias, e o outro, mencionado no testamento do bispo Odoário, na Galiza. Este possuía uma igreja chamada Santa Maria de Marrocos, que Floriano identifica com Santa Maria de Maroja no partido de Arzúa, distrito da Corunha. O filho de Vimara Peres, Lucídio, foi conde de Montesacro perto de Santiago — o que pode ser significativo, mas não exclue a possibilidade de outros Montesacros.

Quando Mahmud foi desalojado pelos forças cordovesas, escreveu a Afonso II, que o convidou a Oviedo e deu-lhe um castelo na fronteira: Segundo Lévi-Provençal, este castelo devia situar-se entre o Porto e Lamego. Se assim for, não vejo porque não seria o Mafamude actual. A identificação do homem com o topónimo está comprovada com a competência que era de esperar do Dr. J. M. Piel na *Revista Portuguesa de História*, vol. V, de 1951: «Como nasceu o nome da freguesia de Mafamude».

Os cronistas não dizem exactamente onde foi a colónia de Mahmud. A crónica de Afonso III só diz que esteve ali durante sete anos:

ille vero per septem annos cum omni collegio suo in provincia Gallecie habitator extitit.

Segundo Sánchez-Albornoz, não houve administração real em território português na época de Afonso II, ou seja antes de 842. Evidentemente, havia quase um século que o bispo Odiário, restaurador da diocese de Lugo, doava terras no actual território português aos seus seguidores. Mas para os muçulmanos a autoridade emiral deve ter terminado nas cidades onde a sua administração recolhia tributos e as suas guarnições mantinham a defesa: em Coimbra e Viseu. Além destes limites era território de infiéis. O acesso às Astúrias pelo ocidente era pelo caminho que conduzia do Porto a Lugo. A distância entre a fronteira muçulmana e o reino cristão era muito grande, facto que explica a relativa infrequência das invasões, comparada com o estado de guerra que existia na fronteira do este. Neste caso, Mahmud ficaria como chefe independente de um território reconhecido pelo rei Casto,

e a sua presença na passagem do Douro teria constituído um obstáculo a qualquer invasão da Galiza ou das Astúrias. Segundo Lévi-Provençal, foi um auxiliar valioso de Afonso II, dirigindo ataques contra o território muçulmano.

Possivelmente a acção de Mahmud exercia-se antes na atracção dos exilados que queriam voltar ao país dos seus antecessores. Não o posso provar. Sabemos que em 828 o rei Ludovico, o Pio, dirigiu uma carta aos cristãos de Mérida exortando-os a rebelar-se contra o emir por causa dos elevados tributos que impusera, e recomendando-lhes, em caso de fracasso, buscarem refúgio no norte. No ano seguinte, 829, o rei Afonso II fez uma doação à nova igreja de Santiago, depois de adorar o túmulo recentemente descoberto do Apóstolo de Compostela.

Em todo o caso, a acção de Mahmud não podia senão chamar a atenção do emir. Tanto as fontes cristãs como as árabes afirmam que Mahmud se pôs em contacto com o emir, rogando o seu perdão. O emir ter-se-ia prontificado a aceitá-lo, mas é provável que lhe impusesse termos que os historiadores calam.

Então Mahmud ocupou o castelo de Santa Cristina. Este castelo parece facilmente identificável. Dominando o acesso a Lugo, permitia a aproximação das colunas de Córdova e impedia qualquer avançada dos asturianos. É possível que no inverno de 839 o emir juntasse tropas para infiltrar no território de Mahmud. Então as fronteiras, que podiam incluir figuras como Vímara Peres, preparavam-se para pôr fim ao protectorado de Mahmud. A luta teria lugar na vizinhança do castelo de Santa Cristina. É de crer que o cadáver sem cabeça de Mahmud fosse enterrado no sítio que conserva o seu nome. Depois da sua vitória, o rei Casto instala muitos dos seguidores do seu antigo aliado, incluso a simbólica Jamla, mais ao norte. Mas conserva-se a memória desta primeira tentativa para estabelecer um país independente em território português.

Se então se segue uma interrupção nas actividades da fronteira ocidental, é sem dúvida por causa das incursões dos normandos. Já desde os princípios do século estes piratas atacavam as costas da Inglaterra com uma ferocidade sem igual desde a época dos hunos. Mataram e roubaram por toda a parte. Entraram na França pelas desembocaduras dos rios, devastando e queimando Paris, Tours e Tolosa.

Em 841, em parte devido às suas depredações, o antigo império de Carlos Magno termina na ingloriosa batalha de Fontenay (Junho 25, 841). Em 845, tendo atacado Bordeus e Tolosa, passam o mar para seguir a costa de Portugal, lançando-se contra Lisboa, então muçulmana, Sevilha,

e os portos de África do Norte. Os historiadores árabes dão-nos muitos pormenores sobre os ataques dos *majus*, muito mais detestados de que os cristãos. As fontes cristãs, mais pobres, dizem pouco ou nada, mas é lícito supor que os homens responsáveis pela defesa de fronteira, como Vímara Peres, dessem a sua atenção à tarefa imediata de proteger as suas costas, em vez de continuar o alargamento das fronteiras contra os muçulmanos. Os ataques de 845 são repetidos em 859, no reinado de Ordonho, quando os comandos matam em «Gallaecia maritimis» o Conde Pedro, colega e possivelmente parente de Vímara.

Entre os árabes, os ataques dos piratas despertam as autoridades para a necessidades de defesa marítima, e ao uso de barcos de guerra. Segundo a crónica Albeldense será agora que os mouros chegaram por mar ao «freto Galicano» onde foram derrotados pelos cristãos. Esta nova arma, em mãos dos árabes, não teria sugerido a urgência de ocupar a foz do Douro?

Quando Ordonho morre, um novo monarca, Afonso III, chega ao trono em 866 só com dezoito anos. Um conde da Galiza trata de apoderar-se da capital, mas os partidários de Afonso vencem, e, dois anos mais tarde, Vímara Peres começa a presúria do Porto. Nos anos que se seguem outros chefes instalam-se em Chaves, Viseu e Coimbra.

Completa-se a restauração das antigas dioceses em Portugal e na Galiza, às vezes com a transferência de prelados, como aquele Náusto de Coimbra que passa quarenta anos em Santiago, anos que devem ser contados do momento em que o Conde Hermenegildo estabelece uma avançada ali, em 878. O processo de repovoamento do norte com gente vinda do sul é acelerado pelo movimento dos mártires de Córdoba, e pela rebelião do *muwallad* ibn Hafsun, que chega a ameaçar grande parte da Andaluzia, até às muralhas de Córdoba. No reinado de Afonso III completa-se a organização da igreja com o repovoamento das antigas cidades do noroeste. O sistema que se adopta é a combinação de súbditos dos reis das Astúrias com refugiados do sul.

Na ausência de registos e de documentos é impossível traçar o movimento das pessoas. Mas as relíquias veneradas na antiga Lusitânia aparecem com frequência nas igrejas da Galiza e de Portugal: basta comparar o culto dos santos da antiga Mérida, como Santo Tirso, Santa Eulália, com a hagiografia implícita nas novas fundações do noroeste. Até as pedras fazem a romaria de Santiago. Quando se constrói a nova igreja, dedicada em 899, é em parte com pedra antiga trazida do sul. Não se sabe precisamente donde vinha. Na antiga e inédita história de Santiago de Compostela, citada pelo Cónego López Ferreiro, diz-se que parte da pedra vinha da antiga *Eabeca*. Este

topónimo é desconhecido e deve resultar duma má leitura. Mas nos autores árabes há muitas referências à beleza das pedras das muralhas de Mérida, e a desmontagem das muralhas é precisamente da época de Mahmud. Segundo uma anedota de Ahmad al-Rasi (899-955), na sua *Descrição da Espanha*, o general Thálaba ibn Ubaid Allah dizia que depois da destruição de Mérida, desejava obter os mármores e outras pedras de grande beleza para adornar casas que construía. Um dia, quando andava pela cidade, viu uma lousa de mármore na muralha, tão branca e tão pura que parecia uma pedra preciosa. Mandou tirar essa pedra da muralha, o que se fez, não sem dificuldade. Viu então que levava uma inscrição em língua cristã em letras bem gravadas. Nenhum dos cristãos que ficaram em Mérida sabia decifrá-la, tão difícil era o latim. Foi preciso chamar um sacerdote de Coimbra. Era um homem muito velho, e quando viu a inscrição começou a chorar e a lamentar, dizendo: «Ó Senhor, porque não vês os altares de Mérida onde tantas vezes o teu corpo foi presente, e onde tantas vezes se rezavam orações em tua honra!» E depois traduziu a inscrição, que comemorava a construção da muralha. É evidente que a tradição já desapareceu de Mérida: o douto clérigo que viera de Coimbra iniciava outra tradição.

Aquela lousa, que tanto impressionou Thálaba, ficou para adornar algum palácio árabe. Mas sabemos, por outro documento, que no último quartel do século IX a vila ou cidade do Porto servia para a exportação da pedra antiga que se levava à Galiza em barcos, *rates*, para ser incorporada na nova catedral. Portanto, a restauração de Vímara Peres serve, duma maneira directa, para a grande obra da reconquista. Mas se Vímara Peres foi o fundador da obra que chamamos Portugal, deixando o seu nome na nobre cidade que agora nos acolhe, convém não esquecer que Vímara Peres teve o seu precursor em Mahmud que tentou criar uma sociedade nova de retornados em território português, e cujo nome ainda subsiste como satélite da cidade que Vímara Peres refundou.